

Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

### CONTRATO Nº 111/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, com sede a Av. Coronel Raimundo Vasconcelos, nº 230 – Centro - Pedro de Toledo/SP, CNPJ n.º 46.578.530/0001-12, doravante denominado simplesmente como MUNICÍPIO, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal PAULO EDUARDO ALVES FERREIRA, RG e CPF e de outro lado, a empresa MARIA GABRIELA PEREIRA SANTOS, inscrita no CNPJ nº 17.452.217/0001-35, com sede à Rua Fortunato Ferreira Albuquerque, 92, Bairro Além Linha, Buri/SP, neste ato devidamente representada pela senhora MARIA GABRIELA PEREIRA SANTOS portadora do RG nº doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025, PROCESSO Nº 257/2025, pelo tipo: MENOR PREÇO - REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tem entre si justa e contratada, pela Legislação Pertinente, assim como pelas condições do Edital acima referido e de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

# 1. <u>CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO, DA GARANTIA CONTRATUAL, DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE GARANTIA</u>

O objeto do presente: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO PARA A ESTRADA DAS AMOREIRAS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO/SP.

### 1.1. Da Garantia Contratual:

Precedendo a assinatura do Contrato, a CONTRATADA ofertou garantia contratual no valor de R\$ 9.475,00.

A garantia ofertada pela CONTRATADA será devolvida no prazo de até 30 (trinta)dias corridos, contados da conclusão da prestação dos serviços.

#### 1.2. Das Exigências Técnicas:

A **CONTRATADA** deverá executar a obra em conformidade com as especificações contidas no Anexo I do Edital, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo, abrangendo todos os seus detalhes construtivos constantes do projeto.

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO recusará a obra se não estiver de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de eventuais adequações e, se necessário, o refazimento dos serviços.

A CONTRATADA é responsável pela qualidade final do objeto contratado.

A CONTRATADA deverá estar qualificada no pleno gozo de suas atribuições profissionais, devendo a obra ser acompanhada de suas respectivas ARTs - Anotação deResponsabilidade Técnica, junto à entidade profissional competente, dos Responsáveis Técnicos.

#### 1.3. Da Vigência do Contrato/Execução do Objeto:

A execução e vigência da obra terão um prazo de 12 (doze) meses, para sua completa realização, salvo interrupção autorizada pela contratante, por qualquer motivo de força maior que venha ocorrer, conforme previsão do edital.

#### 1.4. Do Prazo de Garantia:



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

A CONTRATADA obriga-se a dar pela obra prazo de garantia mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo da obra pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

# 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRECOS. DAS MEDICÕES, DA FORMA DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Pagará, o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, à CONTRATADA, pela execução do objeto relacionado na Cláusula Primeira, o Valor Total de R\$ 189.500,00.

No(s) preço(s) cotado(s) deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos, despesas indiretas (BDI), transportes, carga e descarga, seguro, impostos, taxas, multas,emolumentos legais, custos de mobilização de equipamentos e pessoas, além de transporte, estada e alimentação da equipe de trabalho, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, seguro de qualquer espécie, licenças, documentos e despesas, tributos inclusive ICMS ou ISSQN se houver incidência, encargos e incidências diretos e indiretos e lucro, sendo de inteira responsabilidade da empresa proponente a quitação destes, que em momento algum e sob nenhuma alegação, inclusive falta de previsão oficial, poderão ser transferidos ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, a responsabilidade de seus pagamentos, quitação ou outras quaisquer decorrentes.

As despesas decorrentes deste Contrato serão suportadas pela Reserva Orçamentária nº 766/2025. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos, ficando o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO obrigado a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

Mensalmente, a **Fiscalização** realizará a conferência da execução dos serviços e a medição dos quantitativos efetivamente executados no período:

Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar o seu relatório de medição dos serviços executados no período para análise da Fiscalização. O relatório deve ser enderecado ao Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO e protocolado.

A 1ª medição deverá ser apresentada após, no mínimo, 30 (trinta) dias do início da obra e abrangeráa medição física dos serviços executados no período anterior.

Os serviços previstos no orçamento contratado serão medidos, desde que **totalmente** executados de acordo com o projeto;

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO analisará a medição e a aprovará, parcial ou totalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o protocolamento da mesma, autorizando a CONTRATADA a emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços aprovados;

Após a análise do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, constatadas eventuais divergências, a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções em até 05 (cinco) dias úteis;

Após o fechamento e aprovação da medição, o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO autorizará a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser encaminhada para pagamento juntamente com a medição e o relatório fotográfico dos servicos executados no período, endereçando-a ao Departamento de Obras, sendo que posteriormente o Departamento de Obras irá remetê-la à Divisão Financeira do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO efetuará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura apóso protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Caso o objeto esteja em desacordo com o especificado ou apresente vício construtivo, <u>o Termo</u> deRecebimento Provisório somente será emitido após a devidacorreção.

Para pagamento da Nota Fiscal/Fatura de cada uma das parcelas, é indispensável que a CONTRATADA apresente comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS,por meio das guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, relativo aosempregados que executaram o serviço, bem como do recolhimento do ISSON - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando couber:



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

Em se tratando de INSS, a **CONTRATADA** deverá preencher as guias de recolhimento de conformidade com as Ordens de Serviço do Ministério da Previdência e Assistência Social, constando o nome do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, o número do **Contrato** ao qual se vinculam e o(s) número(s) da(s) fatura(s) correspondente(s);

As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e à mão-de-obra alocada para esse fim.

Por ocasião da apresentação ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento do ISS correspondente ao serviçoexecutado e deverá estar referenciado à emissão da nota fiscal/fatura.

Na eventualidade da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS, do FGTS e/ou do ISS, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devidamente quitada, quando dovencimento do prazo legal para o recolhimento.

Junto com a fatura, a CONTRATADA deverá apresentar, referente a todos os empregados que executaram o serviço no período abrangido pelo relatório apresentado, <u>sob pena do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO</u> efetuara retenção do valor devido nos termosda legislação vigente, sobre o valor faturado:

Relação nominal de todos os empregados, bem como o comprovante de recolhimento das contribuições sociais incidentes sobre a fatura;

Comprovantes de pagamentos dos salários recebidos e recolhimentos do FGTS eINSS, última competência, referentes aos seus empregados.

Havendo retenção, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo de 15 (quinze) dias o recolhimento das contribuições sociais (INSS/FGTS/ISS-ISQN) e apresentar as guias que comprovem tal pagamento ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, para fins de devolução da quantia retida.

Se a **CONTRATADA** não apresentar os comprovantes referidos nos itens 2.18 e 2.19 no prazo fixado, o **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** poderá a qualquer instante e a seu critério exclusivo:

Aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da medição cujos comprovantes não forem apresentados;

Rescindir o Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA.

Se durante a execução do **Contrato** expirar-se o prazo de validade das Certidõesapresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade fiscal e trabalhista, a **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas, sob pena de rescisão contratual.

Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da CONTRATADA.

Havendo atraso no pagamento da parcela, desde que motivada por responsabilidade porparte do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**,o valor da parcela poderá ser atualizado — pro ratadie - de acordo com o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) do IBGE.



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO poderá sustar o(s) pagamento(s) de qualquer (quaisquer) parcela(s), no caso de inadimplência da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO na execução deste Contrato;

A suspensão do(s) pagamento(s) permanecerá até a devida regularização por parte da CONTRATADA.

No caso da CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentardeclaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial ou, se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela conduçãodo processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

No caso da CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 2.29 e 2.30 assegura ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO o direito de rescindir o contrato.

# 3. <u>CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO</u>

O prazo de execução da obra deverá ser de 30 dias, após a expedição da Ordemde Serviço efetuada pelo Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

O objeto estará sujeito à conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade coma proposta da CONTRATADA e o presente Contrato podendo, o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de análises aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da CONTRATADA:

Havendo a necessidade de adequação(ões) será concedido prazo de até 15 (quinze) dias após comunicação escrita de sua conclusão, pela CONTRATADA, mediante Termo circunstanciado assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) da CONTRATADA evisado pela fiscalização para as correções da obra, sendo que o descumprimento do(s) prazo(s) estabelecido(s) implicará na aplicação da multa especificada na Cláusula Nonadeste Contrato, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pelo MUNICÍPIODE PEDRO DE TOLEDO.

Caso os serviços constantes do objeto não sejam aprovados na fiscalização, fica suspensoo curso do prazo de pagamento, voltando a correr na sua integralidade tão logo seja(m) sanado(s) a(s) irregularidade(s).

Ao término da obra, a CONTRATADA deverá comunicar ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, por escrito e protocoladamente a conclusão da mesma, juntamente com aentrega do Relatório Final.

Em até 15 (quinze) dias contados da comunicação, o **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** emitirá laudo de realização da fiscalização concluída, no qual fará constar as exigências necessárias às eventuais adequações, correções e demais atos para a perfeita conclusão da obra.

Atestando a qualidade e conformidade da execução da obra, o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO receberá provisoriamente.



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

A obra somente será recebida definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos contados do seurecebimento provisório, prazo no qual a CONTRATADA fica inteira e integralmente responsável por qualquer reparo, correção, adequação ou outros que se mostrarem necessários, às suas expensas, mediante simples notificação do MUNICÍPIODE PEDRO DE TOLEDO, na qual assinalará prazo para realização dos serviços apontados.

O recebimento definitivo se dará por meio de Termo de Recebimento formal ou pelo simples decurso do prazo previsto neste Contrato, com exceção dos eventos abaixo:

Suspende o curso do prazo para o recebimento definitivo, a notificação do MUNICÍPIODE PEDRO DE TOLEDO, no sentido de que a CONTRATADA deva realizar o serviço de adequação, correção ou outro eventualmente apontado e verificado. O prazo recomeça acorrer tão logo o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO ateste a realização do serviço conforme apontado e exigido;

Caso seja retido na fiscalização, fica suspenso o curso do prazo de pagamento, voltandoa correr na sua integralidade somente quando sanada a irregularidade constatada. O prazorecomeça a correr tão logo o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO ateste a realização conforme do objeto contratado.

# 4. <u>CLÁUSULA OUARTA: DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CANTEIRO DE</u> OBRAS E INSTALAÇÕES

A CONTRATADA deverá utilizar na obra apenas materiais e equipamentos em conformidade com os padrões e normas técnicas e de segurança aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela segurança, manutenção, qualidade e quantidadedos mesmos, de acordo com o Anexo I do Edital.

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO se reserva no direito de recusar materiais e equipamentos que não estejam dentro das normas e dos padrões técnicos e de segurança exigidos e aplicados aos mesmos, respondendo a CONTRATADA, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontar a fiscalização do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

O canteiro de obras deverá ser instalado com área suficiente para desenvolver todasas atividades necessárias:

O canteiro de obras deve ser mantido organizado.

A CONTRATADA é obrigada a manter, por conta própria, as instalações da obra em perfeita condições de conservação, limpeza, pintura e segurança, pelos prazos fixadosno edital de licitação e/ou no Contrato.

A CONTRATADA deverá providenciar a execução de um painel, com uma placa da obra, conforme modelo apresentado pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

As placas deverão estar instaladas em até 05 (cinco) dias após ser dada a Ordem de Serviço da respectiva obra;

No canteiro de obras, só poderão ser colocadas outras placas de eventuais subcontratados e de firmas fornecedoras, após prévio consentimento do Departamento.

Correrá por conta da CONTRATADA toda e qualquer operação para mobilização e desmobilização do canteiro de obras e, ao final, deverão ser recompostas todas as características originais, às suas expensas, devendo comunicar expressamente o **Departamento de Obras**, antes de qualquer



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

modificação necessária.

# 5. <u>CLÁUSULA OUINTA - CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL</u> ANTICORRUPCÃO

Abster-se de oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto destecontrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;

Conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, abstendo-se de práticas como as seguintes:

Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; No tocante a licitações e contratos:

Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o carátercompetitivo de procedimento licitatório público;

Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem dequalquer tipo;

Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;ou

Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dosórgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional:

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a faunae a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

de limpeza, higiene e segurança;

Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal e, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1° do Decreto Estadual nº 53.047/2008, proceder às respectivasaquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA;

Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, aqual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento aodisposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadasque, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da <u>Resolução CONAMA nº 307/2002</u>, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**Resíduos Classe A** (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduosclasse A de preservação de material para usos futuros;

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

**Resíduos Classe C** (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão serarmazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atendendo assim ao Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Após a assinatura do Contrato e precedendo a expedição da competente Ordem de Serviço para inícioda obra, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com o**Departamento de Obras do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** para discussão e esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar o Diário de Obra, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações.

A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço, as Anotações de



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

Responsabilidade Técnica - ARTs dos responsáveis técnicos pela obra.

A fiscalização da execução da obra será realizada pelo **Departamento de Obras** do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** e/ou por profissional da área, designado pelo **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, que manterá o acompanhamento de forma permanenteou esporádico, dependendo da etapa construtiva, sendo que esta fiscalização não exime a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade pela obra.

O profissional indicado pela CONTRATADA, para fins de comprovação técnica operacional, deverá comparecer diariamente à obra, devendo ainda a CONTRATADAmanter um Mestre de Obras (encarregado) permanente, durante a execução damesma, ficando ambos incumbidos da prestação de todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO sobre o andamento da obra, admitindo-se a(s) substituição(ões) do(s) profissional(is) indicado(s) por outro(s) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

A CONTRATADA fica obrigada a manter em local de fácil acesso e à disposição da fiscalização, preferencialmente no local dos serviços o "Diário de Obra".

A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa às normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado, arcando a CONTRATADA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

A fiscalização do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO poderá paralisar as obras e/ou serviços a qualquer momento, quando restar constatado risco grave e iminente aos servidores do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, da CONTRATADA, a terceiros e ao meio ambiente, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação vigente:

Em caso de embargo, interdição ou paralisação das obras e/ou serviços, a fiscalização do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO determinará as medidas a serem tomadas pela CONTRATADA, visando manter o local das obras devidamente protegido, a evitar o oferecimento de riscos a terceiros e ao meio ambiente.

A fiscalização dos serviços pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas Contratuais.

Fica a CONTRATADA obrigada a cumprir as exigências estabelecidas na Lei Federal nº6514/77, relativamente à Segurança e Medicina do Trabalho, regulamentada pela Portaria nº 3214/78, emespecial as Normas Regulamentadoras NR-5 – CIPA; NR-6 – EPI; NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; NR-10 –



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

Instalações e Serviços em Eletricidade e NR-18 — Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, em todos os seus itens, subitens e anexos, sendo os custos decorrentes incluídos no preço proposto.

A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor.

A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pelasegurança desuas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem comotomando, ou fazendo com que sejam tomadas, asmedidas corretivas necessárias.

Todas as ações judiciais, decorrentes da execução do contrato que diretamente ou indiretamente responsabilizem o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO em seus processos, terão os valores destas ações judiciais glosados dos pagamentos das faturas ou garantidos por meio de carta de fiança bancária, em nome da contratada e suas respectivas liberações somente ocorrerão quando judicialmente o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO for excluído da lide pela Justiça desta responsabilidade.

Em caso de reclamação de terceiro junto a qualquer órgão público, ou ainda por ação judicial proposta contra o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, em razão de atividades decorrentes do contrato, a CONTRATADA se obriga a disponibilizar representante, prontamente a todos os chamados dos órgãos públicos e do Poder Judiciário recebidos pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, com poderes para realizar acordos em nome da CONTRATADA, em Juízo ou fora dele.

A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicialsempre que solicitado pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar imediatamente, por escrito, o MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção contratual, em favor do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, terá lugar de pleno direito, independentemente de prévia ação ou interpelação judicial, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

A rescisão contratual, em favor da **CONTRATADA**, terá lugar de pleno direito, após regular notificação ao **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, com prazo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência e desde que persistam os fatos geradores de notificação, naocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

Supressão, por parte do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, de obras, serviços ou comprasque acarrete modificação do valor inicialdo contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fatoque o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenhacontribuído;



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fatoque o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenhacontribuído.

Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, salvo calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fatoque o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenhacontribuído;

Não liberação pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO relacionadas adesapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

Os emitentes das garantias previstas neste contrato deverão ser notificados pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A extinção do contrato poderá ocorrer também:

- a) Por ato unilateral e escrito do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofridoe terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

A extinção determinada por ato unilateral do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, porato próprio do MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

Execução da garantia contratual para:

- a) Ressarcimento do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) Pagamento das multas devidas ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO;
- d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO e das multas aplicadas.

### 9. CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

As sanções dispostas no **Contrato** poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à **CONTRATADA**, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao **Município** e das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

Sem prejuízo da faculdade previstas nos art. 137 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, a não observância do cronograma contratual sujeitará, cumulativamente a CONTRATADA às seguintes multas:

- g) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a con figurar, nessa hipótese,inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- h) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em casode atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- i) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- j) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constantedas **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- k) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentesentre si.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU

CORRESPONDÊNCIA

1

0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2

0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

3

0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4

1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

5

3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

#### Tabela 2

INFRAC		37.43
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;  Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	
2		
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviçoe por dia.	
Para os i	itens a seguir, deixar de:	E TALL



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstosno edital/contrato.	01

O contrato a ser assinado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO DE TOLEDO independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

I - falência;

II - concordata;

III - insolvência;

IV - dissolução judicial ou extrajudicial;

V - inobservância de dispositivos legais;

VI - inadimplemento de obrigação contratual.

A licitante vencedora que, devidamente convocada, deixar de comparecer para a assinatura do contrato ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133,inclusive multa de 0,5% até 30% do valor do contrato licitado.

As sanções previstas serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsávelde licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A aplicação das Sanções somente ocorrerá após assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termosda legislação vigente.

Até a decisão final quanto a eventual defesa apresentada, será retido o numerário apuradoreferente à sanção, sendo que o montante da multa poderá, a critério do **Município**, ser compensado com valores de pagamento devido ao fornecedor.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSICÕES FINAIS

Fazem parte integrante deste Contrato, como se transcrito estivessem literalmente, a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 04/2025 - MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO e a Proposta da CONTRATADA, com todos os seus anexos.

Para todos os fins de direito, prevalecerão as cláusulas expressamente previstas neste **Contrato**, sobre as previsões inseridas no Edital do **MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO** ou na Proposta da **CONTRATADA**, tendo-se este como resultado da negociação havida entre as partes e do acordo firmado pelas mesmas.

Os casos omissos neste **Contrato** serão analisados e resolvidos pela aplicação denormas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitaçãoe qualificação exigidas na licitação.



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

Elegem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de Itariri como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste Contrato, do Edital ou da Proposta da **CONTRATADA**.

É vedada a transferência do Contrato a terceiros, no todo ou em parte, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente todas as condições e cláusulas constantes, sendo admitidas a sua transformação, fusão, cisão ou incorporação, desde que a execução do Contrato não seja prejudicada e sejam mantidas as condições de habilitação.

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO designa como ÓRGÃO GESTOR, o Departamentode Obras, que terá aincumbência de efetivar todos os atos de gestão atinentes ao objeto, bem como quaisquer outras adequações para o seu fiel cumprimento:

O MUNICÍPIO DE PEDRO DE TOLEDO designa, como Gestor do Contrato, Luiz Carlos Lopes Alexandre Junior - Diretor do Departamento de Obras e o Sr. José Maria dos Reis, como Fiscal da Obra.

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e/ou supressões do objeto, nos termos do Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações.

E, por estarem desta forma de pleno acordo entre si, assinam as partes o presente Contrato em duas vias de igual teor.

PEDRO DE TOLEDO, 09 de outubro de 2025.

MARIA GABRIELA Assinado de forma digital por MARIA GABRIELA

MUNICIPIO DE PEDRO DE TOLEDO

Paulo Eduardo Alves Ferreira

Prefeito Municipal

MARIA GABRIELA PEREIRA SANTOS ME

Maria Gabriela Pereira Santos

RG n CPF nº

**PEREIRA** 



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

### TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PEDRO DE TOLEDO

CNPJ: 46.578.530/0001-12

CONTRATADA: MARIA GABRIELA PEREIRA SANTOS ME

CNPJ: 17.452.217/0001-35 CONTRATO N° 111/2025

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2025

VIGÊNCIA: 09/10/2026

VALOR: R\$ 189.500,00 (CENTO E OITENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2025 - PROCESSO N° 257/2025

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETE SEXTAVADO - ESTRADA DAS AMOREIRAS

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pedro de Toledo/SP, 09 de outubro de 2025.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: Paulo Eduardo Alves Ferreira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:



Gestão 2025-2028 / Trabalhando por todos e para todos!

RESPONSÁVEIS PELA	HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:
Nome: Paulo Eduardo Alv	ves Ferreira
Cargo: Prefeito Municipal	
CPF:	
Assinatura:	
RESPONSÁVEIS QUE	ASSINARAM O AJUSTE:
Pelo contratante:	
Nome: Paulo Eduardo Alv	ves Ferreira
Cargo: Prefeito Municipal	
CPF:	
Assinatura:	P
Pela contratada:	
Nome: Maria Gabriela Per	eira Santos
Cargo: Proprietária MARIA GABRIELA Assinado de forma digital por MARIA	
CPF:	PEREIRA GABRIELA PEREIRA
Assinatura:	17.10547-03-00
ORDENADOR DE DESI	PESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Paulo Eduardo Alv	es Ferreira
Cargo: Prefeito Municipal	
CPF:	
Assinatura:	